

Míriam Silvestre Limeira¹**Resumo**

O papel de uma gestão escolar comprometida com a educação democrática consiste em abrir-se para a comunidade, visando um espaço empenhado na formação integral do educando. Para tanto, a utilização do cinema como partícipe de uma educação emancipadora constitui uma das possibilidades para inclusão da comunidade neste ambiente. Nesse sentido, por meio deste artigo buscou-se refletir sobre as possibilidades que o cinema pode apresentar enquanto instrumento educacional partícipe de uma formação voltada para a cidadania e o protagonismo do estudante. Juntamente com essas reflexões, um panorama sobre a atividade cineclubista como caminho para uma maior articulação entre escola e comunidade.

Palavras-chave: Protagonismo. Cinema. Educação.

Abstract

The role of a school management committed to democratic education is to open up to the community, aiming a space committed to the integral formation of the student. Therefore, the use of film as a participant in an emancipatory education is one of the possibilities for inclusion of the community in this environment. In this sense, the article sought to reflect on the possibilities that cinema can present as an educational tool participant oriented training for citizenship and the student's role. Along with these reflections, an overview of the film society activity as a way to ensure better coordination between school and community.

Keywords: Protagonism. Cinema. Education.

* Aprovado em: 04/05/2015.
Recebido em: 01/06/2015.

¹ Mestre em História pela Universidade de Brasília (2004), Especialista em Gestão Escolar pela Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (CEFORM – UnB – 2014). Professora de História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), atualmente vice-diretora do CEF do Bosque (escola de Anos Finais em São Sebastião).

1 Introdução

De que maneira é possível integrar uma formação que estimule o protagonismo e a autonomia? Quais instrumentos para melhor articular esse estímulo na aprendizagem? Nesse sentido, como pensar o cinema no espaço da escola de maneira a se fomentar essa articulação? Questões como essas nortearam inicialmente a pesquisa à medida que se formularam reflexões também entrelaçadas à forma como o gestor se articula com a comunidade para ter assegurado ao estudante o direito pela educação. Ao mesmo tempo em que estas considerações se deram, foram estruturadas questões direcionadas às possibilidades de caminhos que viabilizassem este direito assegurado com qualidade. Dessa forma, delineou-se o trabalho com o uso do cinema na escola.

A pesquisa não levou somente a um exercício acerca de como o cinema pode ser instrumento para uma aprendizagem mais crítica, mas sim a reflexões acerca do entendimento de que a educação de qualidade constitui um direito, e priorizar o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia do estudante em sua formação.

Partindo-se dessa reflexão, buscou-se um caminho que considerasse o que é estabelecido na lei a respeito desse pressuposto. O artigo nº 2 da LDB menciona que, dentre as finalidades da educação, está “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, um dos caminhos para o que foi descrito na Lei consiste no trabalho com o protagonismo e a autonomia do educando de maneira a se atingir a contento esse desenvolvimento na escola.

Como construir atividades que estimulem o desenvolvimento da autonomia dos estudantes de maneira a colaborar efetivamente para uma formação voltada para o exercício da cidadania? De que maneira pensar sobre o protagonismo entre estudantes de correção de fluxo remete-nos à percepção da educação como direito assegurado por lei? Existe uma relação? De que maneira o cinema pode ser utilizado e pensado como instrumento que viabiliza reflexões acerca de como o estudante pode (e deve) ter a consciência de ser ele o autor de sua história? Nesse exercício de pesquisa e prática, ao pensar em caminhos para a reflexão sobre a autonomia entre os estudantes, o cinema pode ser um instrumento eficaz para suscitar esse debate. Napolitano (2006, p. 15) destacou que, por meio do filme, elementos como estética, lazer e

valores sociais “estão sintetizados em uma mesma obra de arte”. Além dessa riqueza de possibilidades, o cinema (em se tratando do ambiente escolar) viabiliza reflexões junto a um grupo maior quando o professor se coloca efetivamente como mediador para o debate.

Ao proporcionar para o grupo de estudantes esse contato com a Sétima Arte de maneira a que se realize um percurso de reflexões é possível desenvolver habilidades de interpretação e escrita focadas nas percepções apresentadas e discutidas após as sessões de cinema.

Neste contato mais cotidiano com este formato de produção artística, conhecer diferentes obras cinematográficas e mostrar de que maneira é possível, pela experiência com filmes, construir um ambiente que permita a reflexão crítica sobre a vida e o mundo que nos rodeia. Consequentemente, pode-se em conjunto construir na escola um ambiente de cultura cineclubista.

2 Filmes, cineclubes e experiência crítica

O cinema, por seu alcance e a força de suas imagens, pode se articular à prática pedagógica. No âmbito da história, a abrangência do filme como fonte documental já é trabalhada e refletida desde a década de 1970. Para ter noção desse argumento, o historiador Ferro (1992, p. 85) ressaltou a amplitude dessa arte ao escrever que “o cinema fascina e inquieta”. Não seria para menos. Ao mesmo tempo em que pelas imagens de um filme é possível ao espectador desprender-se de sua realidade, outras mesmas representações podem remeter uma plateia à reflexão. Ainda no mesmo texto, Ferro mencionou sobre o que é possível ser revelado pelo olhar transmitido por uma câmera:

O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável de se mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas. Isso é mais do que seria necessário para que após o tempo do desprezo, venha o da suspeita, o do temor. (FERRO, 1992, p. 86).

O cineclubes se caracteriza por um espaço no qual se discute e assiste a filmes, sem caráter lucrativo. A atividade cineclubista tem início na França ao final da década de 1910. O principal objetivo desse tipo de espaço

consiste em estimular o público a ver e discutir cinema (conforme é explicado na página do Conselho Nacional de Cineclubes). De acordo com Gati (2000, p. 128), essa atividade tem por características os seguintes aspectos: constituição legal, caráter associativo e um estatuto. Durante muito tempo no Brasil, quando não existiam cursos voltados para a produção de cinema, os cineclubes eram o local para esta formação (tal como foi o caso do Clube de Cinema de São Paulo, inaugurado em 1940).

Os cineclubes no Brasil tiveram força na década de 1960, com intensificação de debates voltados não somente para a Sétima Arte, como para a fomentação de uma discussão sobre a produção nacional. Sobre a importância hoje do cineclub, Giovanni Alves escreveu que

Nos primórdios do século XXI, o cineclubismo tornou-se um dos mais importantes movimentos culturais da atualidade. Na medida em que a prática cineclubista soube ir além da mera exibição do filme, ela consegue tornar-se efetivamente um movimento cultural capaz de formar não apenas 'um público', mas sujeitos humanos comprometidos com a transformação histórica da sociedade burguesa. Este é o sentido do cinema como experiência crítica, isto é, a utilização do filme como meio para a formação humana no sentido pleno da palavra. (ALVES, 2010, p. 11).

Ao se considerar a força das imagens em movimento, não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade midiática. As novas gerações estão em constante e direto contato com material audiovisual, conforme mencionou Alves:

As novas gerações de homens e mulheres são (de)formados através de nexos audiovisuais. Dos videogames aos computadores interligados na internet e das tevês de tela plana aos computadores que fazem registros audiovisuais, onexo audiovisual constitui a nossa vida na sociedade. A imagem audiovisual é o mais importante elemento dos processos de subjetivação / dessubjetivação do homem no século XXI. Por isso, qualquer processo de formação humana implica a apropriação de nexos audiovisuais. (ALVES, 2010, p. 15)

Seguindo esse raciocínio, o cineclub torna-se nova possibilidade de espaço para a produção de pensamento crítico, o que se apresenta como uma forma para o exercício da prática democrática (ALVES, 2010). A articulação desses espaços (que pode, por exemplo, ser o interior de uma escola) anseia por caminhos que quebrem a constante e crescente manipulação da sociedade. A instauração de espaços de debate articula a resistência

de maneira a buscar o compromisso com um ideal democrático. Para tanto, o cineclub revela-se, pelo viés da intervenção cultural, uma alternativa de articulação para concretizar esse ideal.

Não se trata de atividade neutra, uma vez que ela depende do direcionamento dado pelo componente mediador do processo. O caminho contrário, de conformação do olhar, também é viável. Basta apenas atentar para o enfoque o qual se propõe o exercício. Esse tipo de argumentação foi bastante destacado por Alves (2010), ao mencionar que:

[...] a re-significação do filme que implica a formação humana é uma operação de consciência crítica capaz de constituir sujeitos humanos com um espírito questionador no sentido de desvelar as contradições objetivas da ordem do capital. Assim, ir além do filme implica assumir uma visão crítica de mundo e dotá-la de ferramentas categoriais capazes de extrair das imagens audiovisuais novas significações capazes de produzir nos sujeitos-receptores / sujeitos-produtores, novas percepções e entendimentos da ordem social. (ALVES, 2010, p. 16-17)

O filme, dessa maneira, ganha outra dimensão, pois possibilita o exercício reflexivo, o olhar para si. Essa percepção sobre o filme (seja ele pela narrativa convencional, ou o documentário) pode abranger outra dimensão no espaço da escola. E, especialmente, na perspectiva de uma educação integral. A experiência crítica com o cinema, no espaço da escola é pedagogicamente uma das perspectivas que se podem estabelecer plenamente na formação emancipatória pautada no protagonismo e na autonomia.

Em meio a todas essas discussões, de que maneira o cinema se enquadra? Qual o sentido de seu uso para uma educação que se pense emancipadora? Em primeiro lugar, ressalto a proposição de Holzmann (2012) quando afirmou que o cinema é:

[...] um meio de comunicação que se presta à veiculação de qualquer tipo de mensagem, sendo, portanto, destituído de um sentido intrínseco e inerente. É um instrumento na mão de seus idealizadores. (HOLZMANN, 2012, p. 15).

Da mesma forma Fresquet (2013) destacou a potencialidade pedagógica do cinema, cuja experiência deve ser vivenciada no espaço da escola entre professores e estudantes. Essa perspectiva implica em, inclusive, buscar outros espaços no qual essa experiência do cinema pode ser vivenciada: além da escola, os hospitais. Por esses caminhos é que se insere esse diálogo estreito e interligado

entre o cinema e uma proposta pedagógica emancipadora de reflexão crítica:

A tela de cinema (ou do visor da câmera) se instaura como uma nova forma de membrana para permear um outro modo de comunicação com o outro (com a alteridade do mundo, das pessoas, das coisas, dos sistemas) e com si próprio. A educação também se reconfigura diante dessas possibilidades. (FRESQUET, 2013, p. 19).

3 O cinema, o protagonismo e a educação integral

Diferentes autores ressaltaram a importância pedagógica do cinema para uma formação emancipadora (Alves, 2010; Napolitano, 2006; e Macedo, 2010; para citar alguns). Fresquet (2013), inclusive, destacou a possibilidade dessas intervenções com filmes ocorrerem em espaços que não sejam necessariamente o modelo formal do cinema como se conhece:

[...] a experiência do cinema com professores e estudantes de educação básica dentro e fora da sala, visando uma pedagogia emancipadora que fuja da explicação e aposte nas capacidades sensíveis e intelectuais dos sujeitos, espectadores / atores-aprendentes / ensinantes. (FRESQUET, 2013, p. 11).

Ao se deslocar o cinema para outros espaços que não a sala formal de exibição, novas possibilidades surgem, assim como diferentes maneiras de pensar esta Arte. Incentivar essa atividade consiste em fomentar a potência fílmica para a percepção de si e do outro. Possibilidades como essa se alinham à proposta de educação integral.

A educação integral procura superar um currículo já tido como defasado, por ser fragmentado. Uma formação desse porte reconhece elementos como uma participação cidadã, o cuidado com a diversidade e com a tolerância (o que proporciona outros olhares).

A cidade apresenta diversos espaços de aprendizagem. Cabe à escola (na figura do gestor, com o auxílio de outras instâncias governamentais) articular a entrada desses vários espaços no seu ambiente. Nesse sentido, a escola pública pode ser privilegiada. De acordo com Gadotti (2009, p. 32), “A escola pública precisa ser integral, integrada e integradora”.

Nessa busca por uma escola que seja efetivamente inclusiva, o cinema pode ter o seu espaço. Curioso perceber que, em meio a diferentes políticas públicas, isto já ocorre, uma vez que está listada den-

tre as oficinas do programa federal *Mais Educação* o trabalho cineclubista. As oficinas presentes nessa ação governamental e política são pautadas pela perspectiva do que venha a ser uma atuação que abarque diferentes esferas.

Sua implantação precisa ser progressiva, continuada, de maneira que o tempo integral se efetive como opção voluntária (GADOTTI, 2009, p. 36). Da mesma forma, o autor afirmou de que maneira se articula o direito à educação:

O direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola. Sabemos que é no interior das salas de aula que devemos medir os efeitos de qualquer projeto educacional, verificando o quanto os alunos aprenderam. (GADOTTI, 2009, p. 52).

Dadas assim essas considerações, o cinema se articula como um dos caminhos para efetivamente se pensar no direito de aprender pelo viés de uma formação focada nos diferentes aspectos que compõem a integralidade da pessoa. Há que se considerar que uma proposta que alinhe protagonismo e autonomia irá de encontro aos próprios objetivos da educação integral esmiuçados pela SEEDF: “investir no protagonismo de crianças, adolescentes, jovens e adultos para que se tornem autônomos emancipados.” (SEEDF, 2014, p. 12).

4 O protagonismo, a autonomia e a reflexão crítica

Qual a razão de se empreitar esse percurso inicialmente? Levo em consideração que mesmo sendo um trabalho que precise ser feito ao longo do ano letivo e por diversas disciplinas, o espaço da Educação Integral pode ser privilegiado para se pensar em caminhos que fortaleçam esse sentimento e este aprendizado com o estudante acerca de conceitos como *autonomia* e *protagonismo*. Trata-se de mostrar ao educando a reflexão de que ele constitui o *sujeito* de sua própria história.

Dois autores permitem embasar esse pensamento no âmbito da escola, da educação: Paulo Freire e Leonardo Boff. Em ambos é possível encontrar elementos que levam em conta a necessidade desse tipo de percepção a respeito da vida (e que se trata de algo totalmente tangível de ser desenvolvido na escola). Com base nas percepções desses dois autores é possível caminhar para a noção de

protagonismo e mostrar de que maneira o cinema constitui um instrumento para esse tipo de trabalho.

Boff (2012) escreveu sobre a condição humana de maneira acessível ao grande público quando narrou a história da águia criada como uma galinha e sobre a qual acreditava-se não poder mais voar. Toda essa narrativa demonstrou profunda conexão com a potencialidade da pessoa ao destacar que a águia representa o ser humano na sua criatividade. Boff (2012, p. 15) iniciou seu texto ao ressaltar que “todo ponto de vista é a vista de um ponto” e como pode ser rica a leitura e a interpretação acerca de um texto. Uma vez que se busca a formação de uma pessoa crítica em sua integralidade, exercícios reflexivos desse porte caminham para a possibilidade de saber e compreender o mundo por meio de outros olhares. Ao associar que os ideais de liberdade e consciência plena são atingidos por meio da educação, entendo que esse autor (associado ao pensamento de Paulo Freire) nos fornece elementos para embasar uma aprendizagem centrada na formação crítica.

É preciso que, em nossa prática, enquanto professores, estimulemos a criatividade dos educandos. Boff (2012) destacou, sem utilizar-se do termo protagonismo, que a existência consiste em construção progressiva. Nesse sentido, ele se alinha ao pensamento de Freire (2009) quando este reforça o sentido da pedagogia voltada para a autonomia, para a emancipação.

Pensar acerca de uma pedagogia emancipadora nos encaminha a uma reflexão embasada por outro sentido de qualidade na educação. Em texto sobre os conselhos escolares, divulgado pelo MEC (BRASIL, 2004) é possível ver qual a perspectiva visada:

Uma educação de qualidade visa a emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação esposada, que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. (BRASIL, 2004, p. 33).

Vários são os documentos institucionais que se pautam hoje em dia por uma educação de qualidade que ressaltam o papel político da escola como fundamental em uma pedagogia efetivamente emancipadora (vide o crescente incentivo às instâncias de maior participação, como os grêmios estudantis e os conselhos escolares, para mencionar alguns desses espaços). Contudo, considerar-se os caminhos, mesmo com a educação sendo um direi-

to assegurado pela CF de 1988 (art. 205 e art. 2º da LDB), que visam ao exercício da cidadania. Ainda há o que percorrer. No entanto, é possível observar que existem possibilidades para serem articuladas ações em conjunto. É necessário que essa perspectiva esteja entre professores e estudantes e a comunidade escolar.

O professor é mediador do conhecimento e não transmissor. Ao fazer-se esta articulação entre cinema e autonomia em um sentido de emancipação. Freire (2009) nos mostra caminhos e a reflexão a respeito desse papel do educador. O que se pretende é reforçar e estimular a capacidade crítica do estudante, que extrapola a transmissão de conteúdos.

Pensar e agir para a formação crítica remete-nos à finalidade própria da educação básica, que consiste em formar o cidadão. Por qual razão o estudante deve ser incentivado no ambiente escolar? Conforme mencionou Franco (2007, p. 61), apenas o acesso ao conhecimento não é mais suficiente nos dias de hoje.

O que significa ser *protagonista*? Palavra de origem grega vem de *protos* (principal), em junção a *agonistas* (lutador). O termo refere-se a saber viver nesse mundo. A pedagogia ampliou sua noção ao lhe abarcar sentido que abrange a autonomia para formar o cidadão. A escola é o espaço cabível de proporcionar ao estudante este tipo de formação, de maneira a lhe conferir esse sentido de protagonista, de sujeito de sua história. Franco (2007, p. 63) destacou que existem três aspectos nos quais essa experiência pode ser vivenciada: a sala de aula (no processo de aprendizagem), na valorização da cultura jovem (num sentido de integração de saberes e culturas de maneira a lhe conferir sentido àquilo que estuda) e nas instâncias decisórias.

Nesse sentido, a atividade cineclubista no ambiente escolar pode viabilizar esse exercício. Quando se propõe uma experiência crítica e lúdica com o cinema, o professor pode conduzir sua atividade de maneira a viabilizar o empoderamento desse sentimento de protagonismo. Trata-se de um caminho que é aos poucos formulado, processado, porém possível.

5 Considerações finais

De exercício prático à busca por caminhos que proporcionem de maneira eficaz o aumento da participação da comunidade escolar na instituição. Nesse sentido, o espaço da educação integral constituiu-se como

caminho de melhor atuação. Quando se busca educação de qualidade há que se pensar também nesse grupo de estudantes fora da faixa etária que cursam os anos finais do Ensino Fundamental.

Conforme consta nas orientações do Conselho Nacional de Cineclubes, “os cineclubes nasceram como resposta às necessidades que as salas comerciais não atendiam, ou seja, a fruição do filme e a democratização do acesso”. Em se tratando de localidade que apresenta poucas possibilidades de acesso à cultura, esse tipo de atividade proporciona a utilização do espaço da escola de outra forma, de maneira democrática. Tais atividades vêm sendo articuladas no âmbito estatal por meio de incentivos à formação de espaços cineclubistas (como por exemplo, o programa Cine Mais Cultura, do Ministério da Cultura).

No espaço da escola são possíveis outros caminho para a formação, para a integração da escola com a comunidade. Nesse sentido é possível utilizarmos outros espaços para a projeção de filmes. E a escola pode ser um desses novos locais, com ambientes mais próximos dentro das comunidades.

Podemos pensar no espaço da escola também como uma possibilidade de acesso à produção cinematográfica. Pensar em conjunto com prática num movimento que explora a “potência pedagógica do cinema” (FRESQUET, 2013, p. 11). Em meio a tudo o que se apresentou ao longo desta pesquisa e atividade prática, os caminhos a serem percorridos são possíveis e permitem uma formação que permeia consciência e cidadania, “concidadã” em outras palavras (BOFF, 2012, p. 24) inserida em um contato direto com a arte (no caso o cinema). Assim, nesse sentido, torna-se viável pensar em uma prática que gere a reflexão crítica utilizando o cinema como instrumento para esta formação.

Por fim, a menção à notícia da modificação feita na LDB, aprovada pela Lei nº 13006/2014: o acréscimo do parágrafo oitavo ao artigo 26. Em outras palavras, a exibição de filmes de produção nacional nas escolas, de maneira a integrar-se às suas propostas pedagógicas. Nesse sentido, podemos vislumbrar um processo que institucionalmente (ainda que sem as orientações pertinentes de como se estruturar a atividade) reconhece a importância do cinema como instrumento de formação crítica no espaço da escola.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Tela crítica: a metodologia*. Londrina: Práxis, 2010.
- ALVES, Giovanni; MACEDO, Felipe (Org.). *Cineclube, cinema e educação*. Londrina: Práxis, 2010.
- BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 49. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- BRASIL. *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Caderno 2: O Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola*. Brasília: MEC, 2004.
- DUARTE, Rosália. *Cinema e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ESCÁMEZ, Juan; GIL, Ramón. *O protagonismo na educação*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FRANCO, Francisco Carlos. O coordenador pedagógico e a questão do protagonismo juvenil. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Org.). *O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 61-80.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- FRESQUET, Adriana. *Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- GATI, André. Cineclube. In: RAMOS, Fernão (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 128-130.

LAGNY, Michèle. *Cine y historia*. Madrid: Boscho, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Souza Miguel (Org.). *A escola vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.